

# INFÂNCIAS EM DISSIDÊNCIAS DE GÊNERO: A AFEMINAÇÃO EM PAUTA NA VIOLÊNCIA/ABUSO SEXUAL CONTRA MENINOS

CHILDHOODS IN GENDER DISSIDENT: EFFEMINACY ON THE  
AGENDA IN THE SEXUAL VIOLENCE/ABUSE AGAINST BOYS

## **Cristiano Eduardo da Rosa**

Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Porto Alegre/Brasil).  
Orientador Pedagógico na Escola SESI de Ensino Médio Albino Marques Gomes (Gravataí/Brasil).  
E-mail: cristiano1105@hotmail.com

## **Jane Felipe**

Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Porto Alegre/Brasil).  
Professora visitante no Instituto Federal Catarinense Campus Camboriú (Camboriú/Brasil).  
E-mail: janefelipe.souza@gmail.com

Recebido em: 11 de outubro de 2025

Aprovado em: 13 de dezembro de 2025

Sistema de Avaliação: Double Blind Review

RPR | a. 23 | n. 1 | p. 215-237 | jan./jun. 2026

DOI: <https://doi.org/10.25112/rpr.v1.4309>

**RESUMO**

Neste artigo discutimos as performances dissidentes de gênero de meninos na infância que os colocam em processo de vulnerabilização para a ocorrência de múltiplas violências, em especial a violência/abuso sexual. Para isso, apoiados nos Estudos de Gênero e operando com uma perspectiva pós-estruturalista de análise, realizamos um questionário *online* com mais de 150 homens brasileiros e sete entrevistas com sujeitos que eram considerados meninos afeminados e que sofreram abusos sexuais. Entendendo a afeminação como uma expressão de gênero e a distanciando de uma orientação sexual pré-rotulada, os meninos que performam aproximações ao que é convencionado com o campo das feminilidades estão mais vulneráveis à ocorrência de diversas violências, sendo ainda culpabilizados e estigmatizados. Na maioria dos casos, a carência de uma educação para a sexualidade na escola e na família, que (in)forme sobre corpo, gênero e sexualidade, dificulta o acesso das crianças ao conhecimento desses temas numa perspectiva protetiva. Além disso, ao negar tais informações, não proporcionando um espaço seguro para que possam construir conhecimentos e narrar sobre suas vivências e seus sofrimentos, principalmente no período da infância e adolescência, corrobora-se com a naturalização da violência/abuso sexual.

**Palavras-chave:** Violência/abuso sexual. Infâncias. Afeminação. Masculinidades.

**ABSTRACT**

In this article, we discuss the gender-dissident performances of boys in childhood that place them in processes of vulnerability to multiple forms of violence, particularly sexual violence/abuse. Supported by Gender Studies and grounded in a post-structuralist analytical perspective, we conducted an online survey with over 150 Brazilian men and seven semi-structured interviews with participants who were considered effeminate boys and who experienced sexual abuse. Understanding effeminacy as a gender expression rather than a pre-labeled sexual orientation, the boys who perform behaviors conventionally associated with femininity are more vulnerable to different types of violence, while also being blamed and stigmatized. In most cases, the lack of sexuality education within schools and families, which should provide information about the body, gender, and sexuality, hinders children's access to knowledge on these topics from a protective perspective. Moreover, by denying such information and not offering a safe space for children to build knowledge and speak about their experiences and suffering, especially during childhood and adolescence, society contributes to the normalization of sexual violence/abuse.

**Keywords:** Sexual violence/abuse. Childhoods. Effeminacy. Masculinities.

## 1 INTRODUÇÃO

A infância tem sido frequentemente idealizada como um período de inocência e proteção. Paradoxalmente, também é atravessada por complexas construções culturais e sociais sobre corpo, gênero e sexualidade. Para meninos cuja expressão de gênero é percebida como afeminada, as vivências na infância se tornam ainda mais desafiadoras. Esses traços identitários frequentemente os colocam em situação de vulnerabilidade, sobretudo diante da violência/abuso sexual, alimentada por visões adultas que os interpretam como corpos transgressores ou “desejantes” de experiências sexuais.

Neste artigo, cuja discussão se insere nas pesquisas sobre gênero, infâncias e Educação, buscamos problematizar essas questões a partir de uma análise crítica que articula gênero, infâncias e violência/abuso sexual em uma perspectiva interdisciplinar. Debateremos as concepções adultocêntricas de masculinidades dirigidas às crianças e seus impactos na percepção e no tratamento de meninos considerados afeminados.

A relevância deste estudo reside em evidenciar uma lacuna nas pesquisas sobre violência/abuso sexual infantil, que raramente consideram as masculinidades dissidentes e a afeminação como marcadores de vulnerabilidade. O problema que orienta este estudo consiste em compreender de que maneira a afeminação de meninos na infância contribui para sua vulnerabilização diante da violência/abuso sexual. Assim, pretendemos fomentar reflexões, especialmente no campo da Educação, estimulando práticas que combatam estigmas e promovam maior proteção e respeito às infâncias diversas.

Com aporte teórico nos Estudos de Gênero e em uma perspectiva pós-estruturalista de análise, realizamos uma pesquisa na qual aplicamos um questionário *online* com cerca de 150 homens brasileiros. Posteriormente, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com sete desses sujeitos, que relataram terem sido abusados sexualmente na infância e identificados pelos adultos como meninos afeminados.

A opção por uma abordagem qualitativa permitiu compreender as experiências subjetivas dos participantes em profundidade, articulando-as às teorizações sobre gênero e infância. O objetivo foi compreender como seus corpos eram percebidos pelos abusadores e de que modo a afeminação os tornaram mais vulneráveis à violência/abuso sexual.

A seleção dos participantes das entrevistas ocorreu a partir das respostas do questionário, no qual os interessados puderam manifestar voluntariamente o desejo de participar de uma segunda etapa da pesquisa. Optou-se por adotar o critério de diversidade (regional, etária, racial e profissional) e pelo princípio da saturação teórica, buscando participantes cujas narrativas representassem distintas experiências com a afeminação e a violência/abuso sexual na infância. As entrevistas foram examinadas por meio de uma análise de conteúdo temática, inspirada em Bardin (2011). Esse procedimento possibilitou identificar

e interpretar recorrências, sentidos e articulações entre as falas dos sujeitos e as categorias teóricas mobilizadas no estudo.

O artigo está organizado em quatro seções, além desta introdução. Na primeira, discutimos as feminilidades e masculinidades brincantes sob a ótica da performance de gênero. Na segunda, apresentamos o percurso metodológico e os resultados do questionário e das entrevistas. Em seguida, analisamos os casos de violência perpetrada contra meninos considerados afeminados, articulando-os às discussões teóricas e aos casos de violência/abuso sexual. Por fim, nas considerações finais, refletimos sobre a afeminação como marca de vulnerabilidade masculina e destacamos implicações para o campo educacional.

## **2 GÊNERO EM PERFORMANCE: FEMINILIDADES E MASCULINIDADES BRINCANTES**

Neste estudo, compreendemos os meninos considerados afeminados como crianças designadas do gênero masculino que expressam comportamentos e preferências socialmente associados ao feminino. Tal entendimento é operado de maneira crítica, com base nos Estudos de Gênero e no conceito de *scripts* de gênero (Felipe, 2019). Sendo assim, problematizamos a educação dos corpos e a constituição das masculinidades na infância, destacando que essas expressões de identidade não se relacionam necessariamente com a orientação sexual. Um menino considerado afeminado pode, quando adulto, reconhecer-se em diferentes identidades de gênero ou sexualidade.

Neste contexto, pontuamos que debater a questão dos meninos considerados afeminados diz respeito sobretudo à performance de gênero (Rosa; Felipe, 2021; Moraes; Felipe, 2024), entendida como as ações pelas quais a criança expressa seu gênero no mundo (Butler, 2017). Isso difere da ideia de uma orientação sexual previamente definida, culturalmente associada à expressão afeminada.

Embora seja temerário afirmar que crianças pequenas já manifestem desejos nesse sentido, observa-se que os meninos são constantemente provocados por adultos – especialmente pais e outros homens da família – a se tornarem “pequenos garanhões”. São incentivados a ter “namoradinhas” e, em alguns casos, expostos precocemente a conteúdos pornográficos.

A educação voltada para os meninos exige que performem uma heterossexualidade compulsória (Felipe; Guizzo, 2022). Frequentemente, expressões de gênero são confundidas com identidades sexuais, sobretudo quando demonstram interesse por brinquedos ou objetos associados ao universo feminino. Desde cedo, os adultos orientam seus gostos e comportamentos de acordo com *scripts* de gênero considerados mais apropriados ao sexo designado no nascimento.

Para tensionar a constituição das masculinidades na infância, o conceito de *scripts* de gênero<sup>1</sup> é fundamental. De acordo com Felipe (2019), esses *scripts* correspondem a roteiros e normas que prescrevem condutas desde antes de nascer, produzidos e reforçados por discursos jurídicos, médicos, midiáticos, psicológicos e religiosos, bem como por instituições como a escola, a família e a igreja.

Os *scripts* de gênero estão em constante transformação: são construídos, aceitos, modificados ou rompidos desde a infância, evidenciando possibilidades de transgressão e reinvenção (Felipe, 2019). Ainda que pareçam rígidos, constituem formações complexas que moldam identidades de gênero e sexualidade. As crianças aprendem e reproduzem esses roteiros, mas também os negociam e subvertem (Rosa, 2019).

Felipe (2019) observa que, quando esses *scripts* são ignorados ou rompidos, a sociedade impõe sanções e discriminações. A feminização no corpo dos meninos pode ser entendida como um rompimento das expectativas que lhes são impostas. O menino considerado afeminado reescreve, assim, seus próprios *scripts* de gênero, distanciando-se das regulações discursivas e institucionais.

Outro conceito essencial para esta discussão é o de “projetos de masculinização”, apresentado por Louro (2016) e aprofundado por Baliscei (2020). Para o autor, trata-se de um conjunto de ações e enunciados direcionados aos meninos, na expectativa de que desenvolvam comportamentos, gestos, profissões e sexualidades consideradas apropriadas aos sujeitos masculinos.

Baliscei (2021) acrescenta que esse projeto requer que os meninos neguem o feminino. Nesse mesmo sentido, Badinter (1993) afirma que ser homem implica não ser feminino, dócil ou dependente. O processo de se tornar homem, portanto, baseia-se mais em proibições do que em aprendizagens, o que impõe às crianças múltiplas restrições – como não brincar de boneca, não usar rosa ou não cruzar as pernas.

Baydoun (2020) argumenta que a presença de traços de feminilidade em homens evidencia o fracasso do binarismo e desafia os privilégios da masculinidade hegemônica (Connell, 1995). Essa reflexão dialoga com o caso recente da China, onde o governo propôs um programa educacional para tornar os meninos mais ‘viris’, tendo em vista a crença de que os jovens do país se tornaram muito “femininos”. A *Proposta de Prevenção da Feminização de Homens e Adolescentes* apresentada às escolas daquele país tinham a intenção de reformular, por exemplo, as aulas de Educação Física, através de um “desenvolvimento vigoroso” de determinados esportes a fim de “cultivar a masculinidade dos alunos”.

<sup>1</sup> A pesquisadora Jane Felipe, ao pensar no conceito de “*scripts* de gênero”, tomou de empréstimo seu significado a partir do teatro, cinema e TV, revisitando também o conceito de “*scripts* sexuais” dos pesquisadores John Gagnon e William Simon formulado na década de 1970.

Um delegado do principal órgão consultivo do governo afirmou que o ambiente doméstico era um dos principais culpados pela afeminação dos jovens - já que a maioria das crianças chinesas é criada por suas mães e avós - e que tal questão colocaria em risco a sobrevivência e o desenvolvimento da nação, configurando-se como uma ameaça à segurança do país. Ainda em 2021, a agência reguladora de emissoras de rádio e TV da China declarou que iria banir a estética “afeminada” em seus programas de entretenimento, argumentando que “influências vulgares” devem ser evitadas no país (Allen, 2021).

Nesse contexto, Seffner (2015, p. 205) tem nos provocado a pensar que discriminações como “a homofobia, o machismo e o sexismo são manifestações a nos lembrar do quanto é perigoso entrar em confronto com a norma e o quanto ajustar-se a ela pode trazer benefícios e acesso a padrões de reconhecimento e aceitação”. Sendo assim, ponderamos que os meninos considerados afeminados tendem a afrontar e negar seus privilégios, assumindo e vivendo suas próprias maneiras de se relacionarem consigo mesmos e com os outros, firmando, desse modo, masculinidades dissidentes.

Meninos considerados afeminados comumente ouvem inúmeras frases de repreensão, dentre as quais a enfática “Vira homem!”, quando eles apresentam algum comportamento geralmente associado ao feminino na nossa cultura. Desse modo os meninos vão se constituindo a partir de uma perspectiva misógina, em que qualquer aproximação com o feminino é visto como algo inapropriado ou mesmo ruim.

Em vista disso, Nonato (2020) pontua como o corpo e os comportamentos do homem afeminado passaram a ser considerados, por meio do *Manual de Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais* (DSM), sintomas de desordem mental pelo código da Disforia de Gênero - que seria um desconforto ou sofrimento relacionado a uma incongruência entre a identidade de gênero de um indivíduo e o sexo atribuído ao nascimento. No referido item, fica evidente a tentativa de patologizar e estigmatizar os meninos considerados afeminados, configurando esse corpo como algo a ser corrigido e normalizado, cujo tratamento garantiria o seu apagamento da sociedade.

De acordo com o DSM-5 (APA, 2014), no item 302.6 (F64.2), o diagnóstico de disforia de gênero em crianças exige a manifestação de ao menos seis comportamentos específicos, entre os quais se destacam o desejo de pertencer a outro gênero, a preferência por roupas, representações, brinquedos, jogos e companhias associados ao gênero oposto, bem como a rejeição das atividades e objetos típicos do gênero designado ao nascer. O manual ainda inclui o desgosto com a própria anatomia sexual e o desejo por características corporais compatíveis com o gênero experimentado, evidenciando a tentativa de enquadrar as expressões infantis de gênero em critérios normativos e patologizantes.

Acerca da disforia, Preciado (2023, p. 22) critica o uso desse conceito, analisando-o como uma disciplina e técnica de governo, questionando “e se a ‘disforia de gênero’ não fosse um transtorno mental, mas

uma inadequação política e estética de nossas formas de subjetivação em relação ao regime normativo da diferença sexual e de gênero?”. Desse modo, o filósofo propõe a essa noção um deslocamento e uma ressignificação a fim de que possamos compreender o mundo contemporâneo em seu conjunto, afastando-se das condições de patologias psiquiátricas e se aproximando de uma maneira de vida dentro de um novo regime de saber e ordem político-visual, a qual ele chama de *dysphoria mundi*.

Além disso, o DSM-5 (APA, 2014) descreve que meninos pré-puberais diagnosticados com disforia de gênero costumam manifestar comportamentos como o desejo de ser ou se tornar meninas, a preferência por roupas e representações tradicionalmente femininas, o interesse por bonecas e brincadeiras de “casinha” e a tendência a evitar atividades consideradas masculinas, como esportes competitivos. Em alguns casos, essas crianças demonstram desconforto com a própria anatomia, chegando a negar ou rejeitar características corporais associadas ao gênero masculino, o que evidencia como o manual traduz expressões infantis de gênero em termos clínicos e patologizantes.

Diante disso, cabe refletir sobre como as crianças entendem as brincadeiras em que se envolvem e o modo como são interpretadas pelos adultos. Para elas, esses momentos são experiências lúdicas e de descoberta; já para muitos adultos, indicariam traços de identidade de gênero ou sexualidade.

Nessa perspectiva, Nonato (2020, p. 61) ainda argumenta que por existir um código de Disforia de Gênero na Infância, tal fato acaba por demonstrar que “o corpo afeminado encontra-se fora dos discursos da normatividade e se apresenta como forma de resistência”. Sendo assim, mecanismos que objetivam essa marginalização são acionados por essas identidades infantis escancararem a não naturalidade dos gêneros e incomodarem as tentativas de conformação, servindo como maneiras de resistência, uma vez que a figura do menino considerado afeminado acaba por centralizar o debate acerca da própria suposta patologização da homossexualidade (Sedgwick, 2007).

Louro (2016) argumenta que as discontinuidades e transgressões nas relações entre sexo, gênero e sexualidade são empurradas para o campo do patológico e do incompreensível. Segundo a autora, diferentes instâncias sociais e culturais - como família, escola, igreja, mídia e medicina - investem continuamente na reafirmação das normas que regulam os gêneros e as sexualidades, delimitando o que é considerado legítimo, moral e coerente. Dessa maneira, os corpos que ultrapassam esses limites são marcados como ilegítimos, imorais ou doentes, evidenciando o caráter disciplinador e excludente dessas normas regulatórias.

Entretanto, observamos que não é somente da área médica que surge a ideia de uma patologização dos corpos dissidentes, mas até mesmo de outras que poderiam subsidiar debates acerca das questões relativas à identidade e diferença, como é o caso da Educação, que por vezes tem corroborado com a

hostilização e o preconceito contra sujeitos que rompem com os *scripts* de gênero e desafiam as normas estabelecidas sobre o ser menino ou menina.

Silva (2018, p. 22), analisando as infâncias *queer* no currículo escolar, observa que elas “são atravessadas e constituídas por três diferentes linhas: a da precariedade (infância abjeta), a da estética (infância que assusta e fascina) e a da política (infância que luta e resiste)”. Sendo assim, os meninos considerados afeminados estariam em um constante fluxo que envolveria processos de normalização, controle e resistência, que acabam constituindo modos de vida que demandam visibilidade e bagunçam os *scripts* de gênero.

Nos últimos anos, observa-se um aumento de estudos sobre homens afeminados, tanto na infância quanto na vida adulta. No contexto das infâncias, meninos considerados afeminados recebem diversas adjetivações – como crianças dissidentes, queer, viadas ou desviadas (Rodrigues, 2018). Tais designações, por vezes pejorativas, vêm acompanhadas de inúmeras violências, como será discutido a seguir.

### 3 PARA EVIDENCIAR OS CASOS E PRODUIR (RE)CONHECIMENTOS

Para investigar acerca de meninos vítimas de violência/abuso sexual e os aspectos de afeminação em seus corpos durante a infância, optamos de maneira intencional por entrevistar homens adultos, a fim de garantir o respeito ético às crianças. Assim, a pesquisa tem natureza aplicada e abordagem qualitativa, sendo classificada como exploratória e descritiva quanto aos objetivos. Em relação aos procedimentos técnicos, trata-se de uma investigação bibliográfica e de levantamento.

Foram utilizados dois instrumentos de produção de informações. O primeiro foi um questionário *online*, elaborado no *Google Formulários* e aplicado entre abril e maio de 2023, distribuído pelo método “bola de neve” – técnica de compartilhamento entre redes de contato. Participaram 155 homens, dos quais 48,4% relataram ter sofrido violência/abuso sexual na infância. O segundo instrumento foi uma entrevista semiestruturada, realizada pelo *Google Meet* entre agosto e setembro de 2023, com sete homens de diferentes estados do Brasil; em ambos os casos, os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

O uso combinado de questionário e entrevistas semiestruturadas permitiu captar tanto dados quantitativos exploratórios quanto aprofundar dimensões subjetivas e narrativas das experiências relatadas. A opção por uma abordagem qualitativa se justifica pela necessidade de compreender essas vivências e os sentidos atribuídos pelos participantes às experiências de afeminação e violência/abuso sexual, permitindo uma análise interpretativa e contextualizada do fenômeno.



Os resultados do questionário indicaram que 65% dos abusos ocorreram entre os 5 e 10 anos de idade. Os principais agressores eram amigos da família, primos, vizinhos e tios, e metade tinha entre 14 e 18 anos. Para 60% dos entrevistados, as experiências vividas na infância ainda impactam a vida adulta. Apenas 9 dos 75 homens que sofreram abuso relataram a situação na época, enquanto 20 nunca contaram o ocorrido. Além disso, 74,7% afirmaram ter sofrido abuso mais de uma vez. Apenas 17,3% disseram que alguém suspeitou do que aconteceu; 12% receberam alguma educação sexual na família e 10,7% relataram ter aprendido sobre o tema na escola.

Entre os 75 homens entrevistados, 51 relataram que foram considerados meninos afeminados durante a infância e, desses, 39 demonstraram interesse em participar das entrevistas, fornecendo seus e-mails ao final do questionário. Para aprofundar a compreensão das experiências de violência/abuso sexual e sua relação com a afeminação, foram selecionados sete participantes para entrevistas *online*.

A seleção dos participantes das entrevistas ocorreu a partir das respostas do questionário, no qual os interessados puderam manifestar voluntariamente o desejo de participar de uma segunda etapa da pesquisa. Optou-se por adotar o critério de diversidade (regional, etária, racial e profissional) e pelo princípio da saturação teórica, buscando participantes cujas narrativas representassem distintas experiências com a afeminação e a violência/abuso sexual na infância.

Dos sete homens entrevistados, a maioria tinha entre 31 e 40 anos: seis se identificavam como homossexuais e um como heterossexual. Três eram brancos, três pardos e um negro; um era católico, um umbandista e cinco sem religião. Quanto às profissões, três eram professores, dois artistas, um escritor e um assistente administrativo. Três sofreram abuso pela primeira vez entre os 3 e 4 anos de idade; dois entre 5 e 6; um entre 9 e 10; e um entre 13 e 14 anos. Quatro dos agressores eram amigos da família e três vizinhos. Quatro tinham entre 14 e 18 anos, um entre 19 e 25, um entre 26 e 30 e um entre 41 e 50. Em cinco casos, a violência ocorreu na casa do agressor e, em dois, na rua.

As entrevistas foram transcritas e examinadas por meio de uma leitura analítica, categorização e interpretação temática, conforme as orientações de Bardin (2011). Esse procedimento permitiu identificar e interpretar recorrências, sentidos e articulações entre as falas dos sujeitos e as categorias teóricas mobilizadas no estudo.

#### **4 CENÁRIOS DE VIOLÊNCIA PERPETRADOS PELA PRÓPRIA FAMÍLIA**

Selecionamos aqui três casos de violências contra meninos considerados afeminados ocorridos no Brasil nos últimos dez anos e que foram amplamente divulgados na mídia. A primeira notícia, publicada pelo jornal O Globo em 5 de março de 2014, teve a manchete: *Menino teve fígado dilacerado pelo pai, que*

*não admitia que criança gostasse de lavar louça.* O caso ocorreu no Rio de Janeiro. Ao ser questionado sobre o ato brutal, o pai alegou que o filho era desobediente e afeminado. A agressão foi tão intensa que perfurou o fígado da criança, que também apresentava sinais de desnutrição (Alves, 2014).

A segunda notícia, publicada pelo portal de notícias Metrôpoles em 9 de abril de 2019, estampou a seguinte manchete: *Pai espanca filho de 3 anos que usou batom: “Não quero viado em casa”*. O fato aconteceu em Minas Gerais, fazendo com que a irmã mais velha do menino enviasse uma foto para a mãe, que estava separada desse pai agressor, mostrando as costas da criança bastante machucadas. A mãe então buscou os filhos e acionou a Polícia Militar. O homem confessou o crime e alegou ter feito uso de bebida alcoólica (Campos, 2019).

A terceira notícia foi publicada pelo Portal G1 em 11 de março de 2021, com a manchete: *Pai corta couro cabeludo do filho com faca ao alegar que corte de cabelo era de ‘homossexual’, diz polícia*. O caso ocorreu em Goiás quando, após chegar bêbado em casa, o homem cometeu o crime contra a criança, que precisou de cirurgia e levou 15 pontos na cabeça. Ele ainda ameaçou a esposa (Oliveira, 2021).

Tais casos de violência contra meninos considerados afeminados foram motivados pelo preconceito contra os aspectos convencionados femininos. No entanto, é possível refletir sobre outros episódios de agressão ou assassinato de meninos que também podem ter sido suscitados por essa questão. Muitos deles permaneceram na repercussão midiática de maneira implícita, velada ou mesmo desconhecida. Em seu texto *A guerra declarada contra o menino afeminado*, o sociólogo peruano Cornejo (2015, p. 80) questiona “como a homossexualidade de uma criança se transfigura em seu assassinato?”, e ainda aponta, de maneira bastante impactante, que “o berço de um menino mariquinha é a lápide de um menino heterossexual”.

As violências contra meninos considerados afeminados ocorrem porque eles não correspondem às expectativas que a sociedade impõe sobre seus corpos – ditando como devem se comportar, vestir, agir e sentir. Como argumenta Oliveira (2017, p. 163), “uma criança não pode governar seu próprio corpo, mas é ensinada a governar os corpos de gayzinhos afeminados, dos viadinhos e das bichinhas”. Desde cedo, esses meninos são alvo de piadas maldosas e desvalorização de seus gestos, gostos e práticas. Assim, como observa Takara (2017), são ensinados a acreditar que são errados, abjetos e estranhos, aprendendo que tudo o que produzem não condiz com o que deveriam ser.

A afeminação de meninos na infância é frequentemente interpretada por adultos como sinal de fracasso diante das expectativas de masculinidade. Contudo, conforme propõe Halberstam (2020), o fracasso pode ser compreendido como maneira de resistência às normas punitivas que regulam o comportamento e tentam conduzir a infância a uma vida adulta controlada e previsível. Para o autor,

fracassar significa preservar a liberdade e a anarquia próprias da infância, desestabilizando fronteiras rígidas entre sucesso e derrota, e permitindo transformar emoções negativas em forças críticas contra a positividade normativa da sociedade.

Relacionar os casos de meninos considerados afeminados com a noção de fracasso diante dos *scripts* de gênero nos remete à própria reescrita desses roteiros que pretendem normalizar nossas vivências. A transgressão das normas, nesse sentido, causa desconforto, pois coloca sob suspeita a suposta “naturalidade” do nascer menino. Antes mesmo do nascimento, já se estabelece uma rede de expectativas generificadas que moldam ideais de masculinidade e feminilidade.

Nesse contexto, observa-se uma carência de compreensão sobre a sexualidade infantil, que não deve ser comparada à sexualidade adulta, pois envolve elementos distintos em sua constituição. Foucault (2021), em *Sobre a Sexualidade*, destaca quatro pontos relevantes para refletirmos acerca dela: (i) é uma atividade cuja natureza sexual não implica o caráter genital; (ii) trata-se de uma atividade que, no geral, não diz respeito a terceiros, mas ao corpo da própria criança; (iii) é uma atividade que se localiza em diversas zonas do corpo; e (iv) são atividades ligadas a intensas atividades interpretativas.

Moruzzi (2012, p. vi), refletindo acerca da pedagogização do sexo da criança, observou como a infância seria tal como a sexualidade, uma espécie de dispositivo do poder, pois “a partir do momento em que a criança se torna um dos grupos estratégicos do dispositivo da sexualidade, produz-se sobre ela um conjunto heterogêneo de regimes de verdades e práticas de modo a se instalar sobre a mesma um modo de ser e ter uma infância”. Assim, entende-se a criança no centro dos grupos estratégicos de intervenção, produção e transformação da sexualidade (Foucault, 2014).

Consideramos relevante pontuar ainda que há um pensamento equivocado de que meninos que são abusados sexualmente se reconheceriam como sujeitos gays na idade adulta. Cabe salientar que o fato de ter sido abusado não determina a orientação sexual da vítima, assim como não indica que este se tornará igualmente um agressor sexual ou mesmo que ele, na ocasião de ter sido abusado por uma mulher, não poderia ou não deveria se considerar uma vítima.

Estudos indicam que a violência/abuso sexual na infância pode gerar consequências físicas, emocionais, cognitivas e comportamentais. Entre elas estão lesões corporais, infecções sexualmente transmissíveis, ansiedade, culpa, baixa autoestima, dificuldades de aprendizagem e comportamento autodestrutivo. Também são comuns transtornos de estresse pós-traumático, de humor e de personalidade (Hohendorff; Habigzang; Koller, 2014).

É possível ainda inferir que muitos sujeitos se sentem autorizados a manipular esses corpos no discurso de que esses meninos estariam se insinuando e os provocando, o que acaba sexualizando

seus corpos ainda em fase de desenvolvimento e sem uma definição identitária. No entanto, é preciso entender que performance de gênero, como debatido anteriormente, não indica orientação sexual.

Para ilustrar, em maio de 2014, um caso na Argentina ganhou repercussão internacional. Juízes reduziram pela metade a pena de um abusador sexual ao alegar que a vítima, um menino de seis anos, seria homossexual por ser afeminado e já ter sido abusado pelo pai. O caso do abuso ocorreu dentro do banheiro de um clube de futebol e foi cometido por um dirigente da equipe esportiva (Nicolau, 2015).

A performance afeminada de meninos é frequentemente interpretada como desejo de ser do gênero feminino, entendido pela sociedade como passivo. Essa percepção, aliada à cultura do assédio e do estupro, leva alguns abusadores a se sentirem autorizados à violência. Nesse contexto, pontuamos a ação da pedofilização sobre os corpos de meninos (Rosa, 2024), uma vez que abusadores compreendem tais sujeitos como potenciais fontes de prazeres sexuais, somado ao fato de que estes não teriam voz ou condições para negar, assentir ou mesmo resistir a qualquer esforço investido para atos de cunho sexual com um adulto.

## **5 VIOLÊNCIAS INVESTIDAS CONTRA MENINOS CONSIDERADOS AFEMINADOS**

A educação dos meninos se apresenta com regulações culturais a partir dos modos como eles devem ser e se fazer sujeitos homens, pautados sempre na não aproximação com características convencionadas com o feminino. Ou seja, ser um menino é não ser uma menina - sem demonstrar fragilidade, passividade e vulnerabilidade entre outros. Entretanto, tais investimentos resultam em uma realidade em que os meninos têm dificuldade para reconhecer e expressar sentimentos, além de relatar situações que os coloquem justamente nessa posição da qual são ensinados a fugir.

Um primeiro ponto observado nas entrevistas é que o reconhecimento da afeminação na infância não partia dos próprios meninos, mas dos discursos alheios. Em geral, eram outros sujeitos – especialmente homens – que apontavam em suas performances características associadas ao feminino. Tal apontamento era geralmente embasado em seus modos de andar e falar, preferências de brincadeiras e brinquedos, entre outros.

[...] eu nunca senti como uma coisa minha mesmo, assim. Era uma coisa que vinha de agentes externos que sempre falavam, não era uma coisa que eu percebia de mim mesmo, não era. E sempre era no sentido de desqualificação, pelas coisas... primeiro pelas coisas que eu gostava, digamos, de estudar, de gostar de jogar vôlei, de gostar de jogar handebol, e também por assumir papéis de criação. Então, por exemplo, como eu era o neto mais velho da família, então sempre tinha algum primo mais novo que eu tinha que cuidar, então muitas vezes, várias vezes, era comum no meu cotidiano,

quando eu chegava em casa tinha alguém que eu tinha que cuidar, eu tinha cuidar de manhã, a tarde inteira ou o dia todo, fazer comida, dar comida, trocar fralda, levar no médico, essas coisas todas, então isso também algumas vezes foi utilizado como, digamos adjetivação para falar que eu era afeminado e que eu era inferior, assim.  
Antônio, 16/08/2023

*Eu não via. Eu achava, inclusive, que eu era bem machinho, mas os outros viam esses traços e me falavam, né? Eu achava que o grande problema era a minha voz e teve um momento que eu tentei até engrossar a voz quando eu iniciei o Ensino Médio para tentar parecer mais homem, né? Mas não resolveu. Mas eram as pessoas que me diziam, eu não via isso. Hoje... hoje eu consigo perceber, mas na época eu não percebia, as pessoas que me diziam.*  
Rafael, 26/09/2023

Esses discursos eram frequentemente acompanhados de apelidos que geravam constrangimentos e configuravam maneiras de violência simbólica. Tais apelidos carregavam um tom pejorativo e crítico em relação às masculinidades infantis, vistas como erradas ou inadequadas. O primeiro excerto mostra que a associação entre afazeres domésticos e cuidado colocava os meninos em uma posição socialmente entendida como feminina, gerando sua inferiorização.

Essa atribuição externa reforça a ideia de que o gênero é produzido performativamente, como propõe Butler (2017), por meio da repetição de gestos e discursos que consolidam identidades inteligíveis. O menino não “é” afeminado – ele é lido como tal dentro de um regime de visibilidade que associa comportamentos ao feminino e, portanto, à anormalidade.

A adjetivação “afeminado” não surge da própria criança, mas é uma atribuição externa imposta por olhares adultos. Como destacam Ramos e Cerqueira-Santos (2020), para muitos sujeitos, a afeminação antecede qualquer descoberta afetivo-sexual e funciona como uma espécie de sentença social, marcada por estigmas e ofensas. No contexto brasileiro, ela se torna o principal marcador para identificar a homossexualidade e sustenta uma vigilância constante sobre gestos, voz, aparência e comportamentos, especialmente durante a infância e a adolescência, quando instituições como a família e a escola legitimam e reforçam tais mecanismos de controle.

Essas violências também têm caráter misógino, pois tomam a afeminação – entendida como aproximação com o feminino – como maneira de desqualificar o menino, como relatam os entrevistados a seguir:

*Tudo começava com os apelidos. Eram muitos apelidos. De todos que você puder imaginar, né. E aí as pessoas falavam junto com esses apelidos alguns traços femininos né que eu tinha para me desqualificar junto com o apelido.*  
Rafael, 26/09/2023

*[...] de ficar falando que tinha a voz de taquara rachada, de pessoa, tipo, me ver e começar a debochar. De fazer comentários, aqueles comentários idiotas, né? "Ai, não sei o que, morde a fronha. Ah, bichinha". Empurrar. Tanto que, tipo, essa... Essa questão, assim, do... No sétimo e oitavo ano, tava bem puxado. Só foi cessar mesmo no dia que eu tive que ser agressivo pra daí a pessoa poder, tipo, parar, entendeu?*

Davi, 17/08/2023

O excerto anterior nos mostra que o entrevistado precisou adotar uma postura intimidatória para interromper as agressões. Essa reação ilustra o ciclo da violência: para conter o ataque, o sujeito se vê forçado a reproduzir a lógica da força, evidenciando como a masculinidade hegemônica se afirma pela violência. Esse relato nos mostra o quanto a masculinidade hegemônica é internalizada como estratégia de sobrevivência: o menino precisa performar a virilidade para ser respeitado. Como apontam Felipe e Guizzo (2022), trata-se de uma masculinidade compulsória que se reafirma pela força e pela negação do feminino, instaurando um ciclo contínuo de violência e autoafirmação.

Zanella (2018) propõe refletir sobre a relação entre saúde mental e gênero a partir do "dispositivo da eficácia", que associa a virilidade ao desempenho sexual e produtivo. Assim, meninos considerados afeminados são vistos como ineficazes, ocupando posições de passividade e pouco reconhecimento social. Nesse sentido, a afeminação pode ser compreendida como uma maneira de masculinidade subalterna (Connell, 1995), que ameaça o ideal hegemônico justamente por expor sua fragilidade. Como observa Seffner (2015), essas masculinidades dissidentes evidenciam os limites do modelo dominante, pois denunciam que a virilidade é uma norma performada e, portanto, instável.

Ser um menino considerado afeminado é frequentemente interpretado como indício de orientação sexual, e não como simples expressão de gênero infantil. Essa confusão reforça a tendência de sexualizar precocemente os comportamentos das crianças.

*A gente simplesmente é o que é. Os outros que começam a suspeitar e a dizer isso ou aquilo, eu comecei a cogitar que era gay de tipo, de ter experiência, de ter um olhar, de desejo. E olha lá, que antes, pra mim, na minha cabeça, era só admiração. Eu achava um guri bonito. "Nossa, um guri bonito". E tchau. Não olhava da mesma forma como os gurus da minha idade estavam olhando para gurias.*

Davi, 17/08/2023

*Bom, eu era o diferente. Desde que eu me lembro, eu era o diferente. Aquilo que eu te falei, eu não gostava de certas brincadeiras de esportes, eu não gostava de certo esporte que me colocavam para fazer, falava que não queria, que queria outra coisa. Então, isso para mim teve uma... Como se diz? Ficou muito na minha memória essa questão de... Como eu não entendia o que estava acontecendo comigo, mas queria expressar o meu querer... E, sempre que eu*

*expressava o meu querer, eu era criticado ou mandado calar a boca ou ficar quieto, porque eu não entendia de nada.*

Arthur, 17/08/2023

Os dois trechos evidenciam a incompreensão das crianças diante de sentimentos e desejos afetivos. Mostram também como o olhar adultizado exige dos meninos a constante demonstração de cisheteronormatividade, mesmo quando não compreendem as situações às quais são submetidos. Essa adultização do olhar contribui para processos de pedofilização (Felipe, 2006; Rosa, 2024), em que o corpo da criança é interpretado como corpo desejante, apto a ser avaliado e controlado.

Tal perspectiva desloca a brincadeira e a expressão espontânea da infância para o campo da suspeita, sexualizando comportamentos que, em essência, são lúdicos. Felipe (2019) observa que as crianças que rompem com os padrões rígidos de gênero causam inquietação nos adultos, mas lembra que elas apenas experimentam diferentes *scripts* e brincadeiras, sem que isso defina sua natureza ou identidade.

Nesse contexto ainda da expressão, como já destaca Louro (2016, p. 19), seria interessante refletir que “os sujeitos que cruzam as fronteiras de gênero e sexualidade talvez não “escolham” essa travessia, eles podem se ver movidos para tal por muitas razões, podem atribuir a esse deslocamento distintos significados”. Sendo assim, consideramos importante pensar que crianças podem apenas querer vivenciar experiências com diferentes brinquedos ou modos de atuar em seus cotidianos, e não que isso indique algo sobre suas identidades de gênero ou sexuais.

Ao desviar das normas esperadas, essas crianças atraem ainda mais atenção. Louro (2016, p. 18) também observa que sujeitos que cruzam fronteiras “desencaminham-se, desgarram-se, inventam alternativas. Ficam à deriva – e, paradoxalmente, ao se afastarem, fazem-se ainda mais presentes”. É dessa presença que emergem muitas das violências dirigidas aos meninos afeminados.

Diversos entrevistados relataram situações de regulação ou mesmo de exclusão devido aos modos de performarem suas masculinidades na infância:

*[...] muitas das vezes eu não poderia ficar com os meninos ou ir para lugares em que eles estivessem brincando porque as próprias crianças também não me aceitavam ali e os pais deles também não me deixavam. Eles falavam “Você não vai, você é muito afeminado, você não vai jogar bola com eles”, isso era muito comum.*

Antônio, 16/08/2023

*Existiam momentos em que eu tava muito mais próximo de meninas, então que eu tinha brincadeiras mais ditas de meninas, né, como pular elástico, como brincar de escolinha, né, e aos olhos das outras pessoas isso acabava me colocando nesse lugar de uma criança*



*afeminada e etc. [...] Eu era muito chamado de afeminado, de viado, de bicha, né, ou então muita gente chegava para mim para reclamar do meu jeito, né, ou mesmo dizia assim, "ah, você é tão bonito, você devia se ajeitar, não ficar falando assim, não ficar dançando".*  
Piccolo, 18/08/2023

*Era aquele velado que já vai silenciando a pessoa, né. Tipo, "ai menino, não fica desse jeito". Eu sempre tive trejeito e acho que, tipo, isso daí é uma coisa idiota, né, pra qualquer pessoa. A gente é simplesmente o que é e ponto. Mas se me vissem parado, com a mão na cadeira, aí já faziam aquela fala. "Menino não para assim". Ou então, tipo, "ai, tá bufando, revirando o olho", que já era chatinho, continua. Mas daí, "ai, não é assim que menino age". Dessas formas, assim, de tentar podar.*  
Davi, 17/08/2023

*E eu sofri muito preconceito, muito, muito mesmo, porque eu não tenho a chamada passabilidade. Eu sei que isso é um termo para os estudiosos de gêneros e sexualidades questionável, mas eu vou usá-lo para que você entenda né. Eu não tinha, eu não tenho essa chamada passabilidade. Então, aquela frase "de longe percebe que é, imagina de perto". Então, para quem não tem essa passabilidade, o preconceito, ele acaba sendo muito maior. Então, eu sofri muito na minha infância, na minha adolescência, várias situações, várias mesmo.*  
Rafael, 26/09/2023

Esse último entrevistado se utiliza do conceito de passabilidade para abordar como ele facilmente era identificado como um menino afeminado por apresentar traços convencionados do feminino, ou seja, na infância ele apenas agia de modo natural, sem tentar se adequar às expectativas externas, sem expressar algo apenas para o olhar do outro e se encaixar em alguma expectativa. Magnus e Felipe (2023, p. 112) nomeiam esse processo como Pedagogias da Cispassabilidade, "que funcionam com o objetivo de escolarizar, disciplinar, adequar e produzir corpos e/ou performances 'cispassáveis' (inteligíveis) na sociedade". As autoras ainda destacam que essas pedagogias se fazem presentes no cotidiano dos sujeitos e estão diretamente relacionadas com a produção de aprendizagens com base em padrões que são estabelecidos socialmente.

No espaço escolar, essas pedagogias se materializam em práticas de correção de comportamento – orientações sobre postura, voz, roupas e modos de brincar – que funcionam como mecanismos de normalização de gênero. Assim, a escola participa ativamente na produção de corpos inteligíveis e na marginalização daqueles que escapam da norma por meio de uma pedagogia da sexualidade (Louro, 2016).



Alguns entrevistados compreendem que criaram espécies de estratégias para tanto suportarem as violências quanto se protegerem delas:

*Eu me considerava uma criança afeminada. E tanto assim, ou eu me ligava às meninas, ou eu me ligava a outros meninos que não viam problema em mim. E, a partir disso, eu crio uma estratégia, até inconsciente, eu suponho, de me relacionar com meninos que tinham questões em que se poderia pôr em cheque a sua masculinidade e eles me acolhiam por eu ser o cara diferente.*

Gustavo, 21/08/2023

*Eu tinha ali por volta de 10 anos, 11 anos, né [...] eu encontrei um grupo de meninos que também eram afeminados e que também passavam por esse mesmo tipo de experiência, né [...] Mas quando a gente se encontrava, a gente tinha muito esse lugar, né, de se reconhecer, assim, com referências mais femininas, né, mais de mulheres e preferência por personagens femininas de filmes, né, de animes, cantoras, etc., mas a gente se protegia muito também por estar sempre junto.*

Piccolo, 18/08/2023

As alianças entre meninos afeminados funcionavam como espaços de apoio e resistência. Butler (2018) analisa que formar alianças entre sujeitos vistos como "inelegíveis" é um ato performativo que rompe estruturas de exclusão e cria novas maneiras de reconhecimento. Além disso, muitos relataram uma espécie de autopolicamento de trejeitos considerados afeminados.

Essas alianças, formadas no cotidiano, operam também como espaços de aprendizagem e de reconstrução de si. Nelas, os meninos aprendem a nomear suas experiências e a transformar o estigma em potência coletiva – uma pedagogia da resistência que desafia os regimes de normalização de gênero (Felipe, 2019). Esse controle sobre si mesmos já constitui uma violência, pois obriga o menino a disfarçar quem é, na tentativa de evitar agressões e constrangimentos, como demonstram os trechos a seguir:

*Eu acho que eu não entendia, assim, às vezes eu acho que eu considerava isso, né, e por isso tentava assumir uma postura mais masculina, mas outras vezes eu acho que eu não me importava, né.*

Piccolo, 18/08/2023

*Eu me policiava ao máximo, por exemplo, pra não rebolar, pra não andar de um jeito que parecesse que eu tava rebolando, então eu lembro de pisar o pé firme no chão pra não ter um andar igual o das meninas.*

João, 20/09/2023

*Eu tentava me policiar, eu tentava não me desmunhecar, eu tentava falar grosso. Eu lembro quando eu entrei numa escola agrotécnica federal, que agora se chama Instituto Federal, mas na época era escola agrotécnica, eu tentava engrossar a voz e aquela coisa toda, sabe? [...] pra tentar corresponder ao estereótipo de homem, ao estereótipo masculino, heteronormativo, que a sociedade me impunha.*

Rafael, 26/09/2023

Observamos que essa ideia de uma autovigilância de performances masculinas infantis está muito relacionada ao modo como os meninos são ensinados a se comportarem na sociedade. De um lado estão os discursos cisheteronormativos, que impõem modos de ser menino, e de outro estão as percepções sobre si na infância e o fato de se começar a entender que, ao não corresponder a essas expectativas, diversos tipos de violências podem ser investidas. Assim, modos de andar, falar, sentar, preferências por amizades, brincadeiras e brinquedos acabam sendo aspectos limitadores de uma infância livre e plural, determinando posturas adequadas e inadequadas que circunscrevem e prejudicam o repertório de descobertas e experiências das crianças.

Vale retomar o ponto de que ser considerado afeminado não implica homossexualidade. Entre os participantes há homens heterossexuais e bissexuais que também viveram essa experiência. Como afirma Takara (2017), a sexualidade é um modo de desejar que não está sujeito à escolha, mas faz parte do emaranhado discursivo, político, estético e ético que constitui as subjetividades. Ao reconhecer a diversidade das masculinidades infantis, a Educação pode atuar na desconstrução de estigmas e na promoção de práticas que acolham expressões de gênero plurais. Tal perspectiva amplia o compromisso ético da escola com o direito das crianças a existirem fora dos roteiros normativos que as oprimem.

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este estudo investigou como a afeminação na infância coloca meninos em situação de vulnerabilidade à violência/abuso sexual. Com base nas evidências empíricas produzidas nas entrevistas e articuladas ao referencial teórico, identificamos que esses sujeitos sofrem múltiplas maneiras de violência – verbal, física, psicológica e sexual – associadas à leitura social de seus corpos como desviantes ou disponíveis ao desejo adulto.

Por meio das entrevistas com os sete homens que foram meninos considerados afeminados na infância e passaram pela experiência de violência/abuso sexual quando criança, a descoberta da afeminação ocorreu pelos discursos alheios, por meio de apelidos e constrangimentos, trazendo diversos

impactos psicológicos - como sentimento de culpa e insegurança de ser -, sociais - como policiamento de trejeitos - e cognitivos - como violência na sala de aula, afetando o rendimento escolar.

Essa constatação evidencia o quanto os *scripts* de gênero atuam como mecanismos de disciplinamento dos corpos, regulando a masculinidade por meio da negação do feminino (Felipe, 2019; Louro, 2016). Em idade adulta, os participantes compreendem que sua afeminação infantil foi interpretada não como expressão de si, mas como falha frente ao modelo hegemônico de masculinidade.

Os resultados confirmam a hipótese de que a afeminação, enquanto marcador de gênero, constitui um elemento de vulnerabilização social e simbólica, expondo meninos a distintas maneiras de violência. O estudo contribui para o reconhecimento da afeminação como um marcador social da diferença que precisa ser visibilizado nas discussões sobre proteção de meninos e prevenção da violência/abuso sexual.

Os resultados podem subsidiar práticas educativas voltadas à desconstrução de estigmas de gênero, à formação de professores e à criação de protocolos de proteção às infâncias dissidentes. Como limitação, reconhece-se o número restrito de participantes nas entrevistas e o recorte centrado em homens adultos. Recomendamos que futuras pesquisas explorem as percepções de profissionais da educação e do sistema de proteção sobre meninos afeminados e a violência/abuso sexual.

Assim, pontuamos a necessidade de maior compreensão sobre como as crianças podem se expressar e explorar experiências próprias do período de descobertas da infância. Tais vivências não se relacionam diretamente com a orientação sexual, que se manifesta mais tarde, na adolescência. Portanto, urge que escolas e famílias se apropriem de conhecimentos acerca de corpo, gênero e sexualidade, assim como forneçam informações para crianças e adolescentes acerca dessas temáticas, uma vez isso poderia auxiliar a combater tanto o preconceito como atos violentos contra esses sujeitos.

Cabe à Educação tensionar as narrativas que associam as masculinidades à dureza e à ausência de afeto, promovendo práticas que acolham as diferenças e assegurem infâncias mais livres. Ao reconhecer a afeminação não como desvio, mas como expressão legítima, escolas e famílias podem contribuir para romper o ciclo de violências que historicamente marca os corpos masculinos dissidentes.

## REFERÊNCIAS

ALLEN, K. 'Homens mais viris': proposta do governo da China para tornar meninos mais 'másculos' gera polêmica. **BBC News Brasil**, 18 fev. 2021. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/geral-56082393>. Acesso em: 10 abr. 2022.

ALVES, M. E. Menino teve fígado dilacerado pelo pai, que não admitia que criança gostasse de lavar louça. **O Globo**, 5 mar. 2014. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/menino-teve-figado->

dilacerado-pelo-pai-que-nao-admitia-que-crianca-gostasse-de-lavar-louca-11785342. Acesso em: 10 abr. 2022.

APA. American Psychiatric Association. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

BADINTER, E. **XY**: sobre a identidade masculina. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

BALISCEI, J. P. **Não se nasce azul ou rosa, torna-se**: cultura visual, gênero e infâncias. Salvador: Devires, 2021.

BALISCEI, J. P. **Provoque**: cultura visual, masculinidades e ensino de Artes Visuais. Rio de Janeiro: Metanoia, 2020.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BAYDOUN, M. **Não sou nem curto afeminados**: reflexões viadas sobre a efeminofobia nos apps de pegação. Salvador: Devires, 2020.

BUTLER, J. **Corpos em aliança e a política das ruas**: notas para uma teoria performativa de assembleia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

BUTLER, J. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão de identidade. 13. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

CAMPOS, R. Pai espanca filho de 3 anos que usou batom: "Não quero viado em casa". Uberaba (MG). **Metrópoles**, 9 abr. 2019. Disponível em: <http://www.metrópoles.com/brasil/pai-espanca-filho-de-3-anos-que-usou-batom-nao-quero-viado-em-casa>. Acesso em: 10 abr. 2022.

CONNELL, R. W. Políticas da masculinidade. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 187-206, jul./dez. 1995.

CORNEJO, G. A guerra declarada contra o menino afeminado. In: MISKOLCI, Richard. **Teoria Queer**: um aprendizado pelas diferenças. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2015. p. 73-82.

FELIPE, J. Afinal, quem é mesmo o pedófilo? **Cadernos Pagu**. Campinas, n. 26, p. 201-223, jan./jun. 2006.

FELIPE, J. *Scripts* de gênero, sexualidade e infâncias: temas para a formação docente. *In*: ALBUQUERQUE, S. S.; FELIPE, J.; CORSO, L. V. (orgs.). **Para Pensar a Docência na Educação Infantil**. Porto Alegre: Evanfrag, 2019. p. 238-250.

FELIPE, J.; GUIZZO, B. S. "Minha mãe me vestiu de Batman, mas eu sou a mulher gato". Discussões sobre *scripts* de gênero, sexualidade e infâncias. *In*: SEFFNER, F.; FELIPE, J. (org.). **Educação, Gênero e Sexualidade: (im)pertinências**. Petrópolis: Vozes, 2022. p. 56-74.

FOUCAULT, M. **Sobre a sexualidade**: cursos e trabalhos de Michel Foucault antes do Collège de France. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. 42. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

HALBERSTAM, J. **A arte queer do fracasso**. Recife: CEPE, 2020.

HOHENDORFF, J. V.; HABIGZANG, L. F.; KOLLER, S. H. **Violência sexual contra meninos**: teoria e intervenção. Curitiba: Juruá, 2014.

LOURO, G. L. Pedagogias da sexualidade. *In*: LOURO, G. L. (org.). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2016. p. 7-34.

LOURO, G. L. **Um corpo estranho**: ensaios sobre sexualidade e teoria queer. 2. ed.; 3. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

MAGNUS, D. V.; FELIPE, J. F. Pedagogias da cispassabilidade, *scripts* de gênero e existências trans. **Revista Textura**, Canoas, v. 25, n. 64, p. 102-128, out./dez. 2023.

MORAES, J. T. de; FELIPE, J. *Scripts* de gênero e as performances das crianças que reverberam no contexto da Educação Infantil. **Revista Brasileira de Estudos da Presença**, Porto Alegre, v. 14, n. 3, p. e132192, 2024.

MORUZZI, A. B. **A pedagogização do sexo da criança**: do corpo ao dispositivo da infância. 2012. 198 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2012.

NICOLAU, A. Condenado por abuso sexual tem pena reduzida porque vítima de 6 anos seria gay. **Catraca Livre**, 19 maio 2015. Disponível em: <https://catracalivre.com.br/cidadania/condenado-por-abuso-sexual-tem-pena-reduzida-porque-vitima-de-6-anos-seria-gay>. Acesso em: 14 out. 2021.

NONATO, M. **Vivências afeminadas**: pensando corpos, gêneros e sexualidades dissidentes. Salvador: Devires, 2020.

OLIVEIRA, M. R. G. de. **O diabo em forma de gente**: (r)existências de gays, afeminados, viados e bichas pretas na educação. Curitiba: Prismas, 2017.

OLIVEIRA, R. Pai corta couro cabeludo do filho com faca ao alegar que corte de cabelo era de 'homossexual', diz polícia. **Portal G1**. 11 mar. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/go/goias/noticia/2021/03/11/pai-corta-couro-cabeludo-do-filho-com-faca-ao-alegar-que-corte-de-cabelo-era-de-homossexual-diz-policia.ghtml>. Acesso em: 10 abr. 2022.

PRECIADO, P. B. **Dysphoria Mundi**: o som do mundo desmoronando. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

RAMOS, M. de M.; CERQUEIRA-SANTOS, E. Afeminação, hipermasculinidade e hierarquia. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, Rio de Janeiro, n. 72, v. 1, p. 159-172, abr. 2020.

RODRIGUES, A. (org.). **Crianças em Dissidências**: narrativas desobedientes da infância. Salvador: Devires, 2018.

ROSA, C. E. da. **Educação, infâncias e arte drag**: a literatura para crianças tensionando os *scripts* de gênero. 2019. 184 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

ROSA, C. E. da. **Violência/abuso sexual contra meninos**: a pedofilização na educação das masculinidades dissidentes na infância. 2024. 209 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2024.

ROSA, C. E. da; FELIPE, J. Performatividade de gênero no olhar das crianças: uma *drag queen* como mediadora de leitura literária. **Revista Brasileira de Estudos da Presença**, Porto Alegre, v. 11, n. 1, p. e100183, 2021.

SEDGWICK, E. K. A epistemologia do armário. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 28, p. 19-54, jan./jun. 2007.

SEFFNER, F. A produção da diversidade e da diferença no campo de gênero e da sexualidade: enfrentamentos ao regime da heteronormatividade. In: KIRCHOF, E. R.; WORTMANN, M. L.; COSTA, M. V. (orgs.). **Estudos Culturais & Educação**: contingências, articulações, aventuras, dispersões. Canoas: ULBRA, 2015. p. 193-210.

SILVA, J. P. de L.. **Infâncias queer nos entre-lugares de um currículo**: a invenção de modos de vida transviados. 2018. 145 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

TAKARA, S. Histórias de meninos afeminados: resistência e política nas leituras de artefatos culturais. **Revista Entrelaces**, Fortaleza, v. 2, n. 9, p. 226-244, jan./jun. 2017.

ZANELLO, V. **Saúde mental, gênero e dispositivos**: cultura e processos de subjetivação. Curitiba: Appris, 2018.